



"COLONIALISMO E CATEQUIZAÇÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA"

(Releitura do padre E. Hoornaert sobre o processo de extermínio de povos da floresta)

Antonio Francisco de Almeida Maciel

antonio.maciел@ifpa.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA / Campus Itaituba – Brasil

Resumo: Espanha e Portugal tinham na América três áreas de acesso às zonas produtivas: o Caribe, porta de entrada da Espanha para o México e o Peru através do Panamá; o Rio da Prata, que franqueava o acesso às minas de Potosi e toda a região sul da América; e a Amazônia, motivo de contendas pelo domínio da embocadura entre Holanda, Inglaterra, França e Portugal, que em 1615 expulsou os franceses do Maranhão, e fundou a província do Grão Pará(1616). Porém, o mais perigoso rival da Coroa era a Espanha, que alcançara o interior do território pelos rios, via de acesso para toda a região andina. O sistema mundial capitalista interessou-se pela Amazônia primeiramente não como área produtiva, econômica, mas como estratégica geopolítica. O Estado construiu fortalezas nos rios Amazonas, Madeira, Guaporé-Mamoré, Negro, Branco e Solimões. Contou com a parceria de três ordens religiosas recrutadas pelo Padroado Régio e controladas pela Mesa da Consciência e Ordens, que ordenou os primeiros aldeamentos no Brasil e na Amazônia. Distribuídas em pontos estratégicos, empreenderam a catequização indígena obedecendo a um projeto “emanado de Deus para Portugal”, que priorizava a “salvação”. Direitos à vida, liberdade, casa, família eram secundários. Os jesuítas aliaram-se aos indígenas, organizaram-se em força militar, originando o tema "liberdade dos índios", que feriu os interesses da Coroa, principal motivo de sua expulsão do Brasil e toda a América portuguesa. Doenças, contágios nos aldeamentos, guerras “justas”, trabalhos forçados pelo sistema de “repartição” despovoaram os rios da Amazônia e ameaçaram de extinção os povos da floresta (HOORNAERT, 1984: passim).

Palavras-chave: colonialismo. catequização. aldeamento. indígena. extinção.

Abstract: Spain and Portugal had three areas of access to productive areas in the Americas: the Caribbean, the gateway from Spain to Mexico and Peru through Panama; the Rio de la Plata, which opened the way to the mines of Potosi and the entire southern region of America; and the Amazon, which led to contention over the domination of the embankment between Holland, England, France and Portugal, which in 1615 expelled the French from Maranhão, and founded the province of Grão Pará (1616). However, the most dangerous rival of the Crown was Spain, which had reached the interior of the territory by the rivers, access road for the entire Andean region. The capitalist world system was interested in the Amazon primarily as a productive, economic, but not as a



geopolitical strategic area. The state built fortresses in the rivers Amazonas, Madeira, Guaporé-Mamoré, Negro, Branco and Solimões. It counted on the partnership of three religious orders recruited by the Royal Patronage and controlled by the Bureau of Conscience and Orders, who ordered the first settlements in Brazil and the Amazon. Distributed in strategic points, they undertook indigenous catechesis obeying a project "emanated from God for Portugal", which prioritized "salvation". Rights to life, freedom, home, family were secondary. The Jesuits ally themselves with the natives, organized themselves in military force, originating the theme "freedom of the Indians", that hurt the interests of the Crown, main motive of its expulsion of Brazil and all Portuguese America. Diseases, contagion in the villages, "just" wars, forced labor depopulated the Amazonian rivers, threatening to extinguish the forest peoples (HOORNAERT, 1984: passim).

Keywords: colonialism. catechization. settlement. indigenous. extinction

1. APRESENTAÇÃO

A Amazônia tem despertado o interesse de pessoas adventícias de várias partes do mundo, desde fins do século XVI. Religiosos, historiadores, zoólogos, botânicos, antropólogos, etnólogos, comerciantes empreenderam longas e exaustivas viagens, para alcançar o fascinante mundo verde; uns aventuraram-se em busca do El Dorado, outros, fascinados por suas belezas exóticas, lendas, mitos e mistérios, em especial, vieram os "caçadores de almas". Alguns nomes são bem conhecidos da historiografia eclesiástica: Claude d'Auberville, André Thévet, Yves d'Evreux, Antonio Vieira.

A Região Atlântica do Pará ou Salgado, no nordeste do estado, foi a porta de entrada do vale amazônico para intrépidos navegadores ávidos de cobiça e ambição, os quais vieram em busca das especiarias ou chamadas "drogas do sertão" – salsa, cravo, canela, cacau, anil, borracha, castanhas, madeira –, dentre tantas riquezas naturais. Contudo, o principal interesse dessa acirrada corrida foi a conquista da vasta região, devido sua importância estratégica geopolítica. Até o início do século XVII, a entrada do vale foi controlada pelos franceses, que se estabeleceram na região desde 1594, sob o comando de Jacques Rifault, Charles Devau, finalmente por Daniel de La Tousse, fundador do Forte São Luís(1612), núcleo original da atual capital do estado do Maranhão.

Após expulsar os franceses, em 1615, – sob o comando do capitão Jerônimo de Albuquerque – os portugueses fundaram a província de Santa Maria de Belém do Grão-Pará(1616) – hoje, capital do estado do Pará. Logo após a posse, o Estado mapeou todo o vale. Para tanto, incumbiu o capitão português Pedro Teixeira, o qual excursionou pelo Rio Amazonas e por seus importantes afluentes, instalando Fortalezas em pontos estratégicos, começando por Belém do Pará, lançando assim as bases de defesa das fronteiras amazônicas. Em 1626, o navegador alcançou a taba Tapajós, atual cidade de Santarém. O capitão prosseguiu até as fronteiras do domínio territorial espanhol. Em



1639, retornaria àquelas localidades, deixando missionários religiosos ao longo do rio Amazonas, dando início a um processo de europeização indígena, que levaria à quase extinção dos povos da floresta.

A Igreja foi decisiva para o sucesso do projeto colonialista no Brasil, a partir de uma estreita aliança com o Estado. “Concorreram para esta evangelização quatro ordens religiosas dependentes do Padroado Régio: jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, além de duas ordens que dependiam da De Propaganda Fide (Roma): os capuchinhos e os oratorianos” (HOORNAERT, 1984, p. 28). Porém, é importante esclarecer que Eduardo Hoornaert se referirá em suas reflexões não à “Igreja de Roma” propriamente dita, porém, àquela que, segundo ele, entre 1550 e 1800 era em grande parte controlada pelo Padroado régio, uma prerrogativa da Coroa portuguesa baseada no fato de o rei ser grão-mestre de três tradicionais ordens militares e religiosas de Portugal: a de Cristo, a de São Tiago da Espada e a de São Bento, a partir de 1551. Além do padroado, a Coroa controlava a Igreja por meio da Mesa da Consciência e Ordens, espécie de tribunal missionário que decidia em assuntos de organização tipicamente missionária. A entrada da Igreja Católica nesta terra – segundo Hoornaert – “deve ser compreendida dentro de um grande movimento de expansão mundial, a partir de um centro europeu chamado movimento colonial” (HOORNAERT, 1984, p. 12).

As ordens religiosas recrutadas tinham como suposta missão converter os povos indígenas ao cristianismo, porém, o real compromisso - pelo menos no início de sua missão - era reduzi-los a uma total submissão física e espiritual ao Estado. Roma teve pouca interferência nas ações dessas ordens religiosas. “Com a predominância do Padroado régio, a influência de Roma sobre o Brasil foi mínima, especialmente a do Concílio de Trento, que praticamente só foi aplicado no Brasil no século XIX” (AZZI, 1977, 168; apud HOORNAERT, 1984, p. 12). Segundo Hoornaert, o império português começou a se organizar também no nível missionário, desde Dom João III (1521-1557).

A evangelização indígena no Brasil e na Amazônia operou-se em cinco ciclos organizados de acordo com interesses econômicos: o litorâneo (ciclo da cana de açúcar), o sertanejo (ciclo do gado), o maranhense (ciclo das drogas do sertão), o mineiro (ciclo do ouro) e o paulista (ciclo das bandeiras). De acordo com o padre Hoornaert os diversos ciclos missionários no Brasil coincidem com as etapas da sucessiva integração de áreas brasileiras, dentro de um sistema mundial emanado da Europa e baseado numa divisão ‘geográfica’ do trabalho. Os que vieram em nome dos Estados fortes do centro do sistema – afirma Hoornaert – exigiam dos habitantes das áreas periféricas um trabalho forçado, extremamente penoso, possibilitado pelo mecanismo jurídico da escravidão. “A missão legitimou a escravidão em grande parte. O jesuíta Manuel da Nóbrega (1517-1570) - no primeiro tratado teológico escrito a partir da experiência missionária brasileira *Diálogo sobre a Conversão do Gêntio* (1556) -, defendeu a tese segundo a qual a conversão do indígena só se torna possível após a sujeição dele. Desta forma a colaboração entre militares e missionários foi legitimada” (MB II 317 – 344; Apud HOORNAERT, 1984, p. 64). Na visão do padre Antônio Vieira, exposta em numerosos escritos acerca da



colonização do Brasil, inserida numa ordem global emanada de Deus, no sentido de permitir a evangelização do mundo inteiro, sem colonização torna-se impossível a evangelização universal (HOORNAERT, 1977, p. 24, apud HOORNAERT, 1984, p. 65). O direito à salvação era anterior aos direitos à própria vida, à liberdade, à casa, à família (HOORNAERT, 1984, passim).

2. O CICLO MARANHENSE

Segundo Hoornaert (1984), a denominação "ciclo maranhense" deve-se ao fato de que, na época, Portugal governava dois estados distintos: o Brasil e o Maranhão, situação que se manteve até 1823, quase um ano após o Grito da Independência proferido por D. Pedro I, a 7 de setembro de 1822. Para garantir a exclusividade do comércio entre essas duas colônias e a metrópole, Hoornaert (1984), era importante controlar dois caminhos fluviais que desembocam no Atlântico: no Sul, o Rio da Prata com os rios Uruguai, Paraguai e afluentes e, no Norte, o rio Amazonas com seus afluentes. “Articulou-se uma disputa entre a Espanha e Portugal acerca destes caminhos estratégicos, a qual foi decidida (pelos anos 1750) a favor de Portugal em relação à Amazônia” (HOORNAERT, 1984, passim). O domínio territorial amazônico e brasileiro sobre fortes adversários europeus – na opinião de Hoornaert – só foi possível graças à cumplicidade das ordens religiosas, a partir dos aldeamentos indígenas inaugurados inicialmente no Nordeste e, após 1615, na Amazônia. Foi um holocausto!

3. OBJETIVOS

Objetivamos com este Artigo responder a questionamentos instigantes, no intuito de trazer luzes ao leitor interessado, para maior compreensão dos bastidores históricos do colonialismo e catequização indígena na Amazônia, a partir de uma releitura comentada e atualizada de Hoornaert (1984): Qual foi o verdadeiro intuito da aliança feita entre a Igreja e o Estado? Quais ordens religiosas aliaram-se ao colonialismo amazônico? O que eram os aldeamentos? De onde partiu a ordem para os primeiros aldeamentos, no Brasil e na Amazônia? Quais os fundamentos do projeto messiânico de Vieira? O que afirmava a teoria da “incapacidade indígena” defendida pela Escolástica? Qual a influência de Roma nas ações do Padroado régio, durante o movimento catequético missionário? Qual o suposto motivo da expulsão da Companhia de Jesus da América portuguesa, após 210 anos no Brasil (1549- 1759)? Quais os principais fatores que provocaram o despovoamento de muitos rios da Amazônia?

4. CONCLUSÃO

O ciclo maranhense foi, para Hoornaert, o movimento mais importante da história do Brasil nos três primeiros séculos, por três razões: primeiro, pelo número de indígenas vítimas do sistema colonial. Os números são estarrecedores. Antônio Vieira fala em dois



milhões de indígenas mortos entre 1615 e 1652, só na região entre São Luís e Gurupá; por sua vez, padre João Daniel menciona três milhões de índios deportados na região do rio Negro; em segundo lugar, a contestação do sistema colonial por parte da missão nunca foi tão forte como no período maranhense, sobretudo na primeira parte do século XVIII. Segundo o padre Hoornaert, o sentido da expulsão dos jesuítas ultrapassa os limitados espaços do Maranhão e mesmo do Brasil e da América Latina, e se erige em fato de importância universal; a terceira razão da importância do ciclo maranhense para a Amazônia e para o Brasil – na opinião do padre - é que a experiência maranhense esboçou um novo modelo de Igreja que vem a se manifestar com mais vigor no século XX, o de uma Igreja não mais aliada ao Estado, mas sim ao povo, uma Igreja popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil-Colônia (1550 - 1880)**. Editora Brasiliense, 2ª edição - São Paulo(SP): 1984.

Por Antonio Maciel(*)

(*) MACIEL, Antonio Francisco de Almeida. Licenciado Pleno(UFPA/1975), Mestre (PUCC/1983) e Doutor em Letras(USP/1995). Professor do IFPA /Itaituba. E-mail: antonio.maciel@ifpa.edu.br